

A Sacralidade e a Belicosidade: O Duplo Perfil da Monarquia Sueva (1)

Profa. Dra. Leila Rodrigues da Silva
Departamento de História/UFRJ
leilarodrigues@ufrj.br

Resumo

A Monarquia foi certamente uma das mais importantes instituições dos suevos. A esta se encontra intimamente associada a compreensão da trajetória desse grupo e, especialmente, a organização de um reino germânico, na Galiza. Logo, qualquer estudo que pretenda abordar a história do Reino Suevo, sobretudo, nos aspectos relacionados ao plano político, não poderá prescindir de considerações a respeito da referida instituição.

Sem a pretensão de realizarmos uma análise exaustiva da inserção da Monarquia no Reino Suevo, o que não seria possível nos limites de um artigo, objetivamos neste texto sublinhar alguns aspectos vinculados à natureza e a importância da instituição monárquica entre os suevos.

Palavras-Chave: Monarquia Sueva, Sacralidade, Galiza

Résumé

La Monarchie fut certainement l'une des plus importantes institutions des Suèves. Elle était étroitement liée à la trajectoire de ce peuple et à la constitution d'un royaume germanique en Galice. Ainsi, toute étude ayant pour thème l'histoire du Royaume Suève – notamment d'un point de vue politique - doit nécessairement s'occuper de cette institution.

Loin de prétendre une analyse exaustive de l'insertion de la Monarchie dans le Royaume Suève, vues les limitations même d'un article, nous cherchons ici à mettre en avant quelques aspects concernant la nature et le poids de l'institution monarchique chez les Suèves.

Mots-clés: Monarchie suève, Sacralité, Galice

A Monarquia foi certamente uma das mais importantes instituições dos suevos. A esta se encontra intimamente associada a compreensão da trajetória desse grupo e, especialmente, a organização de um reino germânico, na Galiza. Logo, qualquer estudo que pretenda abordar a história do Reino Suevo, sobretudo, nos aspectos relacionados ao plano político, não poderá prescindir de considerações a respeito da referida instituição.

Sem a pretensão de realizarmos uma análise exaustiva da inserção da Monarquia no Reino Suevo, o que não seria possível nos limites de um artigo, objetivamos apenas sublinhar alguns aspectos vinculados à natureza e a importância da instituição monárquica entre os suevos.

As palavras de Isidoro de Sevilha (Isidoro, 1975: 311), bispo do século VII, indicam que os Suevos ao entrarem no Império Romano, já conheciam a Monarquia. Segundo este autor, Hermerico, rei suevo, liderava o dito grupo antes mesmo que este penetrasse na Península Ibérica. Todavia, se por um lado sabemos que a Monarquia não era uma instituição estranha para os suevos, por outro, parece-nos praticamente impossível identificar suas origens junto a este grupo, sobretudo, devido a imensa falta de fontes primárias, particularmente, para o período que antecede a sua chegada à Galiza.

Os poucos indicativos existentes para a análise da instituição monárquica entre os suevos, surgem somente a partir do estudo da sua trajetória política ao longo do processo de penetração no Império Romano, assentamento e organização do reino no noroeste peninsular. Associados a tais indicativos, há que se considerar, também, informações provenientes de outros grupos como godos e francos, ambos mais documentados e estudados que os suevos. Não podemos, contudo, simplificar demasiadamente a questão, sob o risco de desconsiderar a identidade particular de cada grupo germano, bem como as especificidades das áreas por eles ocupadas no interior do antigo Império Romano, dados que, indubitavelmente, contribuiriam para configurações próprias.

De qualquer forma, acreditamos que a Monarquia e a legitimidade dos monarcas suevos, no reino organizado no noroeste peninsular, de uma maneira geral, estiveram associadas a bases mistas, ou seja, compreendia por um lado a tradição, segundo a qual possuía um caráter de realeza sagrada, e por outro o prestígio militar. A antiga distinção feita por Tácito que destacava critérios específicos, ainda que não excludentes, para a definição do monarca e dos chefes militares, não correspondia mais, portanto, à realidade do século V. O referido autor afirmara que:

Eligen a los reyes de entre la nobleza y a los jefes por su valor (Tácito, 1981:118)

Sublinhamos, no entanto, que esse duplo perfil, sagrado e militar, não constituía uma especificidade dos suevos, mas uma situação que pode ser considerada como característica para os germanos (Duby, 1979: 22). Nesse sentido, Garcia Moreno lembra que

Es doctrina hoy generalmente aceptada que los antiguos germanos conocieron dos tipos de realeza: la sagrada y la militar (...) en la práctica la mayoría de las realezas germánicas del momento de las invasiones fueran en verdad de tipo mixto (Garcia Moreno, 1981: 39)

Entre os suevos a tradição, garantiu, ao nosso ver, a existência de uma série de monarcas que se ligaram, através de gerações a uma mesma origem. A crença entre os suevos de que o monarca possuía caráter sagrado, teria, pois, dependido da tradição, ou seja, da idéia passada através de gerações de que seus antepassados advinham de uma

linhagem por algum motivo nobre. Não temos, todavia, condições de avaliar em que consistia a natureza dessa nobreza, em outras palavras, na verdade, não sabemos se estivera associada à crença em um elemento ou à combinação de alguns deles. Entre estes, poderíamos destacar : a existência de um antepassado mítico, identificado com algum deus; a relação com algum grande guerreiro; a capacidade de cura; o dom de propiciar uma boa colheita ou caça aos membros do seu grupo.

Tácito lembra que os reis germânicos eram escolhidos por uma assembléia, apenas entre membros de nobre linhagem (Tácito, 1981:121;143), segundo palavras de Marc Bloch, “em famílias hereditariamente dotadas de uma virtude sagrada” (Bloch, 1993: 71). A sacralidade dos monarcas germanos não passara despercebida também aos olhos de Amiano Marcelino (Amiano Marcelino, 1860: 301). Mas, os escritores contemporâneos ao processo de organização dos reinos germânicos, que se converteram ao Cristianismo ainda no século V, ou em princípios do VI, deixaram escassos registros desse aspecto. Nesse sentido, o próprio Marc Bloch (Bloch, 1993: 52-81) fornece-nos dados para que concluamos que, com exceção de referência feita a Gontran, rei merovíngio, por Gregório de Tours (Grégoire de Tours, 1996: 215), e algumas palavras de Jordanes (Jordanes, 1860: 437-438) sobre os godos, nada mais há nas obras produzidas, no interior dos reinos germânicos, que destaque o caráter sagrado dos monarcas.

Na verdade, entre grupos já tidos como cristãos, uma menção específica sobre o perfil sagrado de origem pagã de um monarca não se realizou senão por Jordanes. Acreditamos que no caso do bispo de Tours, a citação feita só ocorreu porque o escritor pôde de alguma forma associar tal natureza sagrada ao Cristianismo, já que o rei Gontran fora piedoso (Ewig, 1990:754-755). Não haveria, evidentemente, interesse, por parte de um membro da Igreja, em enfatizar os supostos dons pagãos de um rei cuja conversão já se efetuara. Tal divulgação seria uma espécie de antipropaganda para o Cristianismo num momento, século VI, em que a Igreja experimentava, praticamente em todos os reinos constituídos, um processo de reorganização e fortalecimento (Fliche, 1929: 07-38).

Como sabemos, as principais fontes para o estudo dos suevos, no V século, são redigidas por pessoas vinculadas à Igreja: Paulo Orósio, um discípulo de Agostinho, e Idácio, um bispo. Assim, ainda que os suevos tenham evidenciado claramente algum tipo de reconhecimento do caráter sagrado dos seus monarcas, os dois escritores mencionados, dificilmente ressaltariam tal aspecto. Sublinhá-lo implicaria em reconhecer a sua importância. Logo, evidencia-se como natural o fato de não encontrarmos menções a este respeito na obra de Paulo Orósio ou nos escritos de Idácio. Mesmo este último, cujo relato pela extensão e riqueza de detalhes nos é mais útil, movia-se, claramente, a partir de estímulos que, apenas muito raramente, tangenciavam a fé dos suevos. Aspectos da vida religiosa desses foram mencionados por Idácio somente para, muito sinteticamente, referir-se ao paganismo de um monarca, ao catolicismo de seu filho e ao arianismo de outro rei suevo. Vejamos:

Réquila, rei dos Suevos morre como pagão em Mérida, no mês de Agosto.
(Logo) após sucede-lhe no (governo do) reino seu filho Requiário - católico.
(Idácio, 1982: 28)

Ajax (...) abraça o arianismo. Entre os Suevos, com o auxílio do seu rei,
apresenta-se como inimigo da fé católica e da trindade divina. (Idácio, 1982: 45)

Com relação ao segundo aspecto a compor as bases da monarquia sueva, seu perfil militar, podemos observar que a este se vincula o fato de que o valor de um bom guerreiro entre os vários grupos germanos é tido como algo indiscutível (Rouche, 1991:

471). Tácito, em mais de uma situação (Tácito, 1981: 117-119; 122-124; 134-135), já destacara a importância atribuída às atividades guerreiras entre os germanos, lembremos uma delas:

Hay una gran rivalidad entre los gregarios por conseguir el primer lugar ante el jefe, y los jefes pugnan por obtener el séquito más numeroso y esforzado. Ésta es su dignidad y su fuerza: el estar siempre rodeado por un gran número de jóvenes escogidos, lo que constituye una honra en la paz y una protección en la guerra. Y esta gloria y nombradía del que sobresale por el número y valor de su comitiva no sólo las mantiene entre su propio pueblo, sino en los estados vecinos. Se les solicita para las embajadas y se les honra con presentes; y con frecuencia deciden el resultado de las guerras con su sola fama. (Tácito, 1981 : 122-123).

Também Amiano Marcelino, no século IV, não omitiu esse aspecto entre os germanos, (Amiano Marcelino, 1860: 139; 253; 267-268; 354-355) vejamos uma das circunstâncias em que o menciona:

Um movimento inesperado apareceu entre os Quados, nação que, considerando sua debilidade atual, é difícil advinhar qual foi seu espírito belicoso e seu poder. (Amiano Marcelino, 1860: 325)

A respeito do caráter belicoso dos germanos, precisamos recordar que o próprio sucesso da entrada dos vários grupos invasores no Império Romano esteve relacionado à valorização da atividade militar. Portanto, não há dúvida de que as qualidades guerreiras não estiveram ausentes entre as características daqueles monarcas germanos que, principalmente a partir de 406, com seus guerreiros, atravessaram o *limes*. Assim, apesar do trabalho agrícola assumir, logo após o assentamento, importante papel entre os suevos (Acuña Castroviejo, 1980: 102), quando entraram na Península Ibérica não o fizeram como camponeses, mas sim como conquistadores cujas habilidades bélicas lhes garantiram, em grande parte, o ocorrido.

Quanto à renovação do prestígio militar dos monarcas, não houve qualquer problema após o assentamento. Isto porque as aptidões guerreiras destes puderam ser cultivadas e evidenciadas nas numerosas querelas em que os suevos se envolveram (Idácio, 1982:17;20;21;22;24;27;36), seja com o Império Romano, com os vândalos, com os visigodos e com a população local. Em tais oportunidades garantia-se, pois, acesa a fonte desse prestígio.

Baseada nos dois pilares ressaltados, a Monarquia foi, certamente, a mais importante e tradicional instituição do Reino Suevo. Esta representava um elemento capaz de propiciar subsídios para a constituição da unidade e identidade entre os membros do grupo suevo. Dessa forma, em torno da monarquia, este reino pôde se organizar e conhecer uma considerável estabilidade, só ameaçada em função da sua debilidade militar, frente aos inimigos externos, em particular os visigodos.

O período de governo de Hermerico, primeiro rei suevo na Galiza, poderia causar inveja a qualquer monarca coetâneo (Leguay, 1993: 46). Foram mais de trinta anos a frente dos suevos sem qualquer sinal de pressão por parte de membros da aristocracia. Ao contrário, em uma demonstração de apoio ao monarca, esta aristocracia participou amplamente do poder. As atribuições do rei não eram poucas (Reinhart, 1952: 69). Além de juizes supremos e chefes militares, várias outras responsabilidades foram sendo assumidas à medida que o Reino se consolidava. Contudo, por ser reconhecido como legítimo pela aristocracia sueva, o monarca, evidentemente, dispunha da colaboração desta para administrar o Reino.

Tendo parte do sistema administrativo romano sido preservado pelos suevos (Díaz Martínez, 1992:214), após a organização do reino na Galiza, é bastante provável que muitos funcionários também tenham sido conservados. De qualquer forma, naqueles casos em que suas atividades envolviam a segurança do reino ou a arrecadação de impostos, tais funcionários, quando mantidos, ficaram submetidos à supervisão da elite sueva. Além disso, especialmente naquelas funções relacionadas ao recebimento de embaixadas, nomeação de representantes para estabelecer contatos com outros reinos e organização do exército, a aristocracia, através de conselhos, como indicou Torres Rodriguez (Torres Rodriguez, 1977:267), em geral, esteve ao lado dos monarcas.

Diferentemente da situação entre os francos ou entre os visigodos, as lutas pelo poder no interior da elite sueva são praticamente desconhecidas. Sintomaticamente os dois únicos episódios envolvendo a disputa pelo acesso ao poder entre membros da aristocracia na mais tradicional e importante instituição sueva, ocorreram em momentos de fragilidade política do reino no que se refere à pressão exterior, não retratando, portanto, uma constante entre os suevos.

Há que se ressaltar que, embora a Monarquia assumisse um papel fundamental entre os suevos, representando, inclusive, um elemento capaz de lhes conferir unidade e identidade, nem sempre sua estabilidade encontrou correspondência nas condições concretas do reino. Em outras palavras, a inferioridade militar de tal grupo em relação aos visigodos, possibilitou a existência de eventuais ameaças por parte destes, sobretudo, em fins do século VI. Tal inferioridade promoveu, inclusive, em 585, a incorporação do reino suevo ao visigodo.

Em suma, as dificuldades decorrentes da relação entre este dois grupos, suevos e visigodos, ressaltam o fato de que nem sempre as bases materiais do Reino organizado na Galiza pelos primeiros mencionados, estiveram em consonância com o sucesso da mais tradicional organização sueva, a Monarquia. De qualquer forma, internamente, como instituição, a Monarquia manteve-se forte e legítima, a partir da morte de Hermerico, por quase um século e meio, assentada em suas principais características: seu caráter sagrado e seu perfil militar.

Bibliografia

Fontes Primárias

- AMMIEN MARCELIN. *Histoire*. Collection des auteurs latins avec la traduction en français publiee sous la direction de M. Nisard. Paris; Firmin Didot, 1860. v. 23.
- GRÉGOIRE DE TOURS. *Histoire des Francs*. Traduite du latin par Robert Latouche. Paris: Les Belles Lettres, 1996.
- IDACIO. *Crónica*. Versão e anotações de José Cardoso. Braga: Universidade do Minho, 1982.
- JORDANES. *Histoire des Gots*. Collection des auteurs latins avec la traduction en français publiee sous la la direction de M. Nisard. Paris: Firmin Didot, 1860. cap. XIII-XIV.
- TACITO, Caio Cornélio. *Germania*. Introducciones, traducción y notas de J. M. Requejo. Madrid: Gredos, 1981. (Biblioteca Clásica Gredos, 36).

Fontes Secundárias

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. A. “Os Suevos”. In: *Historia de Galicia*. Barcelona: CUPSA, 1980. v.1.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. “El alcance de la ocupación sueva de Gallaecia y el problema de la germanización”. In: *Galicia: Da Romanidade á Xermanización. Problemas Históricos e Culturais*. p. 209-226, 1992.
- DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais. A arte e a sociedade. 980-1420*. Lisboa: Estampa, 1979.
- EWIG, E. “La Labor Misionera de la Iglesia Latina”. In: JEDIN, Hubert. (dir.) *Manual de Historia de la Iglesia. La Iglesia Imperial después de Constantino hasta fines del siglo VII*. Barcelona: Herder, 1990.
- FLICHE, Augustin. *La Chrétienté Médiévale (395-1254)*. Paris; Boccard, 1929.
- LEGUAY, Jean-Pierre. “O “Portugal” Germânico”. In: SERRÃO, Joel et MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) *Nova História de Portugal. Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*. Lisboa: Presença, 1993. v. 2.
- REINHART, Wilhelm. *Historia General del Reino Hispánico de los Suevos*. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre, 1952.
- ROUCHE, Michel. “Alta Edad Media Occidental”. In: ARIÈS, Philippe et DUBY, Georges. *Historia de la Vida Privada. La Alta Edad Media*. Madrid: Taurus, 1991. T. II.
- TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. *El Reino de los Suevos*. Coruña: Fundación “Pedro Barrie de la Maza Conde Fenosa”. Instituto “P. Sarmiento” de Estudios Gallegos, 1977.

Notas:

- (1) Comunicação apresentada no XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH - Belo Horizonte - MG